



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos acionistas e clientes:

Submetemos à apreciação de V. Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos semestres finais em 30 de junho de 2017 e 2016.

O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebido, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 30 de junho de 2017 e 2016

ATIVO	NOTAS	30.06.2017	30.06.2016	PASSIVO	NOTAS	30.06.2017	30.06.2016
Circulante		31.305.233	27.940.465	Circulante		30.781.221	27.218.496
Disponibilidades		157.203	64.733	Depósitos	(9)	5.039.725	3.674.605
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		8.214.471	7.006.021	Depósitos à vista		496.076	167.424
Aplicações no mercado aberto		4.490.534	3.602.258	Depósitos interfinanceiros		218.421	294.361
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.707.831	3.202.906	Depósitos a prazo		1.195.666	3.106.897
Aplicações em moedas estrangeiras		16.306	101.667	Depósitos em moeda estrangeira		105.129	105.923
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5,1)	6.641.287	8.841.285	Captações no mercado aberto		2.475.891	3.580.442
Carteira própria		3.015.402	4.965.952	Carteira própria		1.516.197	22.346
Vinculados a compromissos de recompra		1.177.148	22.253	Carteira de terceiros		1.422.000	1.236.006
Vinculados a prestações de garantias		415.791	589.487	Recursos de aceitação e emissão de títulos		1.484.162	3.235.287
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		127.872	93.607	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.000.445	2.120.094
Instrumentos financeiros derivativos		3.082.202	3.170.236	Obrigações por emissão de crédito de agenciado		444.171	1.065.494
Relações Interfinanceiras		128.010	76.330	Captações por certificado de operações estruturadas		93.546	29.699
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4	10	Relações Interfinanceiras		899	1.138
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		128.006	76.330	Recebimentos e pagamentos a liquidar		899	1.138
Outros créditos	(6)	1.177.148	658.522	Recursos em trânsito de terceiros		706	3.811
Setor privado		1.187.506	568.826	Obrigações por empréstimos e repasses	(10)	4.945.302	4.620.438
Provisão para operações de crédito de liquidação		-	-	Empréstimo no exterior		4.865.117	4.484.255
dúvidosa	(6,2)	(10.317)	(10.304)	Repasses do país		80.185	39.169
Outros créditos		14.906.813	11.987.266	Repasses do exterior		114.528	97.014
Carteira de câmbio	(7,1)	14.100.885	10.442.564	Instrumentos financeiros derivativos	(5,1)	3.295.065	3.282.256
Rendas a receber		24.922	16.838	Instrumentos financeiros derivativos		3.295.065	3.282.256
Negociação e intermediação de valores		4.490	9.160	Obrigações		8.820.719	8.820.719
Títulos e créditos a receber	(7,2)	273.720	733.605	Cobrança e amortização de tributos e assembleias		2.106	2.106
Reversos	(7,2)	273.720	265.792	Carteira de câmbio	(7,1)	12.960.903	8.426.003
Provisão para outros créditos de liquidação dúvidosa	(6,2)	(14.179,9)	(82.607)	Sociais e estatutárias		174.137	6.154
Outros valores e bens		6.280	6.539	Fiscais e previdenciárias	(11,1)	79.664	79.664
Despesas antecipadas		6.280	6.539	Negociação e intermediação de valores	(11,1)	8.659	41.938
Não circulante		8.599.255	11.458.884	Dívida subordinada	(11,2)	22.587	22.782
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.061.267	2.803.815	Diversas	(11,3)	257.461	241.920
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.061.267	2.803.815	Lucro líquido do período - em R\$		120,87	521,25
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5,1)	2.207.247	2.231.946	Depósitos	(9)	1.090.990	1.090.990
Carteira própria		227.995	437.212	Depósitos a prazo		1.090.990	1.215.258
Vinculados à prestação de garantias		801.764	298.718	Depósitos interfinanceiros		-	3.590
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		584.608	664.285	Recursos de aceitação e emissão de títulos		2.116.252	987.461
Instrumentos financeiros derivativos		593.420	1.596.016	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.869.927	979.833
Operações de crédito	(6)	306.679	297.841	Captações por certificado de operações estruturadas		246.329	246.329
Setor privado		312.632	299.546	Relações Interfinanceiras		149.278	68.664
Provisão para operações de crédito de liquidação		-	-	Recebimentos e pagamentos a liquidar		149.278	68.664
dúvidosa	(6,2)	(5.953)	(1.705)	Repasses do país	(10)	859.548	859.548
Outros créditos		2.024.016	6.025.196	Repasses do exterior		81.226	65.429
Carteira de câmbio		1.366.948	5.939.844	Instrumentos financeiros derivativos	(5,1)	672.573	1.311.820
Rendas a receber		2.213	1.213	Instrumentos financeiros derivativos		672.573	1.311.820
Diversos	(7,2)	684.621	631.354	Outras obrigações		2.844.761	2.025.844
Provisão para operações de crédito de liquidação		-	-	Carteira de câmbio	(7,1)	1.405.252	5.668.587
dúvidosa	(6,2)	(28.866)	-	Fiscais e previdenciárias	(11,1)	426.789	426.789
Outros valores e bens		46	164	Dívida subordinada	(11,2)	843.411	843.411
Despesas antecipadas		46	164	Diversas	(11,3)	591.542	591.542
Permanente		34.664	33.336	Resultado de exercícios futuros		4.546	4.667
Investimentos		16.123	15.292	Patrimônio líquido	(12)	2.021.539	1.516.703
Participação em controlada no País	(8,1)	13.672	12.897	Capital social		1.238.066	724.730
Outros investimentos		2.451	2.395	De domiciliados no país	4	4	4
Imobilizado de uso		10.772	12.792	De domiciliados no exterior	4	724.726	724.726
Outros imobilizados de uso		50.089	48.568	Reservas de lucro		734.923	724.730
Depreciações acumuladas	(9,3,17)	(39.317)	(35.776)	Reservas de lucro		29.394	(19.178)
Outros ativos		1.295	1.296	Ajuste de avaliação patrimonial		19.156	86.959
Gastos de organização e expansão		-	-	Lucros acumulados		-	86.959
Amortização acumulada		7.769	5.723	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.939.152	39.433.265
Ativos Intangíveis		17.274	9.444	Capital social		1.238.066	724.730
Amortização acumulada		(5.050)	(3.201)	Aumento de capital		7.470	7.470
TOTAL DO ATIVO		39.939.152	39.433.265	Reservas de lucros		127.648	597.062
				Legal		127.648	597.062
				Estatutária		-	(9.696)
				Ajustes de avaliação patrimonial		-	(10.020)
				Lucros acumulados		86.959	86.959
				Total do patrimônio líquido		2.021.539	1.516.703
				Capital social		1.238.066	724.730
				Aumento de capital		7.470	7.470
				Reservas de lucros		127.648	597.062
				Legal		127.648	597.062
				Estatutária		-	(9.696)
				Ajustes de avaliação patrimonial		-	(10.020)
				Lucros acumulados		86.959	86.959
				Total do patrimônio líquido		2.021.539	1.516.703

As notas explicativas anexas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres finais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.172.260	7.470	127.648	597.062	(9.696)	1.439.764
Ajustes ao valor de mercado - TVMs	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2016	7.172.260	7.470	127.648	597.062	(9.696)	1.439.764
Saldo em 30 de dezembro de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2016	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	2.113.692
Saldo em 30 de junho de 2017	7.240.730	7.470	136.833	726.562	12.121	



BNP PARIBAS

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

11.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 01.01.2017	447.379	11.004	45.437	503.820
Constituição	4.608	-	2.287	6.895
Reversão/pagamento	-	(4)	(2.084)	(2.088)
Atualização monetária	17.240	-	1.216	18.456
Saldo em 30.06.2017	469.227	11.000	46.856	527.083
Saldo em 30.06.2016	426.789	4	41.757	468.550

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 30 de junho de 2017, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$197.429 (R\$191.359 em 2016).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

O capital social é representado por 166.829 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas. O aumento de capital ocorrido em 08 de Dezembro de 2016 no valor de R\$ 513.336 foi homologado pelo Banco Central em 13 de janeiro de 2017.

12.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O resultado apurado no semestre findo em 30 de junho de 2017 no valor de R\$20.164 (R\$86.959 em 2016 em Lucros Acumulados) teve a seguinte destinação: R\$1.008 a título de Reserva Legal conforme Estatuto Social e R\$19.156 em Lucros Acumulados cuja destinação ocorrerá no exercício. Em AGE de 09 de maio de 2017 foi decidido distribuir R\$ 129.500 da Reserva de Lucros a título de dividendos a seus acionistas referente a resultado de exercícios anteriores.

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais são compostas:

Descrição	30.06.2017	30.06.2016
Recuperação de encargos e despesas	2.175	955
Varição cambial	3.768	91.223
Varição monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	15.107	16.257
Outras	1.201	1.878
Total	22.251	110.313

As outras despesas operacionais são compostas:

Descrição	30.06.2017	30.06.2016
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	20.089	22.715
Provisões com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	2.155	2.605
Provisão de fianças prestadas	35.863	20.388
Varição cambial	5.725	377
Outras	1.406	1.820
Total	65.238	47.905

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	30.06.2017	30.06.2016
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	100.874	193.195
(-) Participação dos empregados no lucro	(72.707)	(61.270)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	28.167	131.925
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (nota 3n)	(12.675)	(59.366)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial		1.056
Notas soberanas		7,208
Receitas não tributáveis/despesas inadotáveis, doações e incentivos (*)		(3,592)
Total	(8,003)	(44,966)

(*) Inclui o efeito da elevação da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3n.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação. O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 11.3). A adoção da norma do Bacon - Resolução 4.512 não teve efeito significativo no resultado, o Banco vem adotando este procedimento ao longo dos exercícios.

Rating	Garantia Prestada						
	Fiança Bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"
AA	563.892	1.507.185	1.030.578	555	196.520	55.068	115.723
A	1.126.430	222.112	30.070	-	69.389	5.994	-
B	30.672	24.610	79.338	-	3.020	29.878	-
C	395.817	537	-	-	-	-	-
D	-	325.906	-	44.740	-	-	-
F	-	-	254	-	-	-	-
H	16.028	-	-	-	-	-	-
Total 30.06.2017	2.132.839	2.080.350	1.140.240	45.295	268.929	90.940	115.723
PDD	52.122	71.038	4.484	8.947	1.059	776	283
Total 30.06.2016	1.620.152	1.806.918	739.583	385.605	284.827	56.230	2.021
PDD	18.595	88.441	2.167	84.969	908	158	9

15.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$48.149.875 (R\$45.172.348 em 2016).

15.3 Operações vinculadas

Em junho de 2016 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas por Adiantamento sobre contrato de câmbio e Empréstimos no exterior no montante de R\$9.137 e R\$8.690 respectivamente, tendo sido liquidadas em janeiro de 2017.

15.4 Transações com partes relacionadas

15.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída à Diretoria no semestre que representam benefícios de curto prazo foi de R\$9.004 (R\$9.138 em 2016) e benefícios de longo prazo de R\$524 (R\$612 em 2016). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração em ações.

15.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	30.06.2017		30.06.2016	
	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)
Disponibilidade em moeda estrangeira	154.332	-	57.739	-
BNP Paribas S.A. Paris	(98.335)	-	(54.743)	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Nova York	(55.997)	-	(2.996)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.549.835	440.770	5.914.625	379.213
Banco Cetelem S.A.	(7.549.835)	(440.770)	(5.914.625)	(379.213)
Cotas de fundos de investimentos	1.706.325	140.319	2.655.111	83.099
BNP Paribas Proprietário FIM CP Investimento no Exterior	(1.706.325)	(140.319)	(2.655.111)	(83.099)
Derivativos a receber/(a pagar)	(287.780)	290.184	(1.427.276)	(1.984.280)
BNP Paribas Proprietário FIM CP Investimento no Exterior	327.551	(193.804)	1.426.886	1.921.164
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	(39.771)	(96.380)	390	63.116
Serviços Prestados a Receber	1.827	474	685	685
Arval Brasil Ltda.	(1.827)	(474)	(685)	(685)
Devedores diversos - exterior	35.922	2.556	32.375	2.536
BNP Paribas Securities Services Colombia	(879)	(424)	(530)	(530)
BNP Paribas Securities Services Espanha	-	-	(445)	(445)
BNP Paribas S.A. - Colombia	(2.132)	(2.132)	(1.561)	(1.561)
BNP Paribas S.A. Paris	(32.911)	-	(29.839)	-
Depósitos à vista	(2.318)	-	(141)	-
Arval Brasil Ltda.	2.182	-	16	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	53	-	55	-
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	2	-	1	-
Banco Cetelem S.A.	-	-	44	-
BNP Paribas Proprietário FIM CP Investimento no Exterior	30	-	9	-
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	51	-	16	-
Depósitos a Prazo	(65.636)	(2.354)	(100.693)	(4.699)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	59	3	64	4
Arval Brasil Ltda.	65.577	2.351	100.629	4.695
Obrigações por operações compromissadas	(1.547.531)	(120.969)	(1.688.951)	(193.465)
Banco Cetelem S.A.	34.693	2.120	36.516	3.011
BNP Paribas Proprietário FIM CP Investimento no Exterior	1.386.140	112.659	1.417.942	177.357
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	126.698	6.190	234.493	13.097
Obrigações por emissão de letras financeiras	(736)	(40)	(651)	(42)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	736	40	651	42
Obrigações por empréstimos e repasses	(5.046.445)	(62.656)	(4.302.879)	851.128
BNP Paribas S.A. Paris e Nova York	5.046.445	62.656	4.302.879	(851.128)
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(3.191)	-	(1.431)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	3.191	-	1.431	-
Outras obrigações - Dívida subordinada	(832.948)	(34.884)	(808.943)	147.275
BNP Paribas S.A. Paris	239.290	11.221	232.946	(41.029)
BNP Paribas S.A. Bélgica	593.658	23.663	575.997	(106.246)

16. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

17. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNP Paribas Brasil é composta pelo Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) que atua com apoio das áreas de Finanças, Compliance, Tesouraria e Gestão de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito, entre outras. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do Conglomerado Prudencial. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP Brasil está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável, bem como estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez do Banco visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento do Banco BNP Paribas Brasil S.A., manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez.

O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Administradores
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00016/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

COMITÊ DE AUDITORIA RELATÓRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2017, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, todos diretores indicados para o Comitê pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Auditoria Interna e Supervisão Bancária e por um membro convidado que participa das reuniões recomendado pela Casa Matriz do Grupo, sediada em Paris, França.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria. Merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou por qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos, Riscos Operacionais e de Auditoria Interna da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias relacionadas às demonstrações financeiras, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não.